

Câmara deve votar em abril

O projeto de lei do deputado distrital Gilson Araújo (PTR), autorizando o GDF a construir a terceira ponte do Lago Sul, a altura da QL 26 ou QL-28, conforme o traçado do arquiteto Lúcio Costa, já foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça. A matéria está tramitando nas comissões de Assuntos Econômicos e Seguridade Social, e dentro de 30 dias deverá ir para votação em plenário.

Gilson debateu ontem o projeto no auditório da Câmara Legislativa com líderes comunitários, parlamentares e representantes do GDF, com os quais voltará a se reunir para debater alternativas que garantam recursos para construção da obra. O encontro deverá ser realizado no Lago Sul, mas a data, horário e local ainda não estão acertados. No final destas reuniões, deverá ser aprovada uma lista de sugestões para ser entregue ao governador Joaquim Roriz, que a analisará juntamente com o projeto de lei de autoria de Gilson.

Justificativas

O deputado justifica que a construção de uma terceira ponte no Lago Sul possibilitará a expansão e a aproximação das comunidades do Paranoá, ABC, Interlagos e Agrovila São Sebastião ao Plano Piloto, "facilitando o acesso delas aos serviços hospitalares, às universidades e aos órgãos públicos".

No debate realizado no auditório da Câmara Legislativa estiveram presentes vários líderes de comunidades que serão beneficiadas com a construção da ponte, além de deputados distritais favoráveis ao projeto de Gilson Araújo. Os distritais da oposição não compareceram ao debate.

Preocupação

Os participantes do debate acham inviável o GDF arcar com as despesas da obra, pelo seu alto custo e porque ela não é prioritária dentro das metas do Governo. As sugestões levantadas para que a iniciativa privada garanta os recursos da construção também preocupam os moradores da Vila Paranoá. E que a cobrança de pedágios não é considerada a forma ideal de se conseguir verbas para a edificação da ponte. Os moradores do Paranoá já pagam caro pelo transporte, que poderia ficar ainda mais elevado.

Segundo o líder comunitário Bomfim Cabral, "o aumento de impostos, tipo taxa de água, de luz, esgoto e IPTU não nos interessa. Sabemos que a área do Paranoá é muito cobiçada pelas empreiteiras de obras. Com sua valorização, tendo em vista a construção da ponte, a cobiça cresceria e, dentro de pouco tempo, muitos moradores venderiam seus terrenos".